



CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA  
ESTADO DO PARANÁ

Ofício N.º

PROJETO DE LEI Nº 22/68

Súmula: Dispõe sobre a abertura de crédito especial de R\$ 2.925,24.

A CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um crédito especial de R\$ 2.925,24, (Dois mil novecentos e vinte e cinco cruzeiros novos e vinte e quatro centavos) destinado ao pagamento da licença prêmio do funcionário desta Prefeitura, Guilherme Jorge Montenegro Carneiro.

Art. 2º- A importância referida será deduzida do excesso de arrecadação que se vem verificando no corrente exercício.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa em 27 de Maio de 1968.

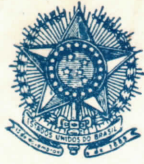
---

Odilon M. Carneiro  
Presidente.

---

Fénelon W. Moreira.  
1º Secretário.

*Registrado livro nº  
fls. 127 Vers, 128.  
Em Janeiro 1971.*



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA  
ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta a Câmara Municipal da Lapa o seguinte:

ANTE-PROJETO DE LEI Nº 13/68

(Dispõe sobre a abertura de crédito especial de NCr\$ 2.925,24)

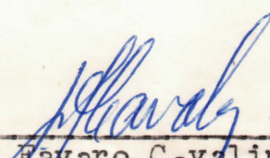
Art. 1º - Fica aberto um crédito especial de NCr\$ 2.925,24, (Dois mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e quatro centavos) destinado ao pagamento da licença prêmio do funcionário desta Prefeitura, Guilherme Jorge Montenegro Carneiro.

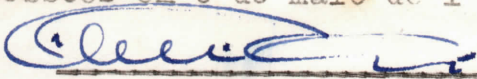
Art. 2º - A importância referida será deduzida do excedente de arrecadação que se vem verificando no corrente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua oficial / publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 6 de maio de 1968.-

Encaminhe-se as Comissões de Legislação e  
Justiça e a de orçamentos para na ordem  
emitirem seus respectivos pareceres.  
Sala das Sessões em 6 de maio de 1968.

  
Pedro Favaro Cavallin  
Prefeito Municipal



PRESIDENTE.

*Aprov. em 1.ª e 2.ª disc. em 27-5-1968.*





PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

Parâmetros da Comissão de Legislação e Justiça

JUSTIFICATIVA AO ANTE-PROJETO DE LEI Nº 13/68

Senhores Vereadores:

É da praxe parlamentar que todo projeto de lei apresentado a discussão e votação ao órgão legislativo, contenha / uma justificativa. Evidentemente, nenhuma lei pode ser objeto de deliberação e muito menos promulgada ou decretada se não condicionar, no seu bojo, um justo motivo que a justifique.

Este executivo atravessa, no momento, uma fase intensiva de trabalho que não poderá sofrer solução de continuidade. Como dispõe de um restrito quadro de funcionários, o afastamento de um ou de outro, quer para gozo de férias ou de licença - prêmio, sendo esta última hipótese objeto desta justificativa, vem perturbar a normalidade e bom andamento dos serviços públicos.

O Senhor Guilherme Jorge Montenegro Carneiro, escrivão desta Prefeitura, vem, desde o início de minha gestão, / desempenhando cumulativamente as funções de Secretário. Para não sobrecarregar os cofres municipais, ao assumirmos a responsabilidade dos destinos do nosso município, por livre escolha do nobre povo lapaense, considerando a deficiência de nossa receita orçamentária, deixamos de prover os cargos em vacância de Tesoureiro e Secretário. Agora, no término de / nosso governo, não obstante a considerável melhoria das rendas municipais, é que não o iríamos fazer.

Como o referido funcionário tem direito a uma licença / prêmio e vem de require-la, e como a sua permanência junto a Secretaria se faz indispensável, diante das ponderações deste Executivo, houve por bem assentir em continuar no desempenho de suas funções, mesmo dentro do período de sua licença-prêmio.

É postulado indiscutível em economia política, que todo o serviço deve corresponder uma retribuição pecuniária, constituindo esta, por consequente, uma contraprestação a que se acha obrigado o Estado ou Empresa, segue-se a regra geral de que toda a função deve ser remunerada, abrindo exceção a / gratuidade de serviços prestados a que corresponda condição honorífica.

Isto pôsto, justifica-se amplamente o presente Ante-Projeto de lei, abrindo um crédito especial para pagamento do funcionário, cuja permanência no exercício do cargo se faz / mister por necessidade do serviço.

O pagamento em apreço far-se-á parceladamente á base de NCr\$ , mensal e paralelamente aos seus vencimentos.

É a justificativa.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 6 de maio de 1968.

Pedro Favarolo Cavalin





PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA  
ESTADO DO PARANÁ

Parecer da Comissão de Legislação e Justiça.

Não há dispositivo legal em que se possa enquadrar o ante-pro-  
jeto de Lei 13/68. Sendo eu membro da Comissão assim  
já opinei contra um projeto da mesma natureza.  
Todavia, a casa já aprovou projeto semelhante  
a respeito do fature da C. H. J.

Sala das Sessões em 18 de maio de 1968.

Antônio Lobrinho

Rubens

Edvaldo da Silva

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

Não compete a Comissão entrar no mérito da constitucionalidade,  
ou não do projeto, mas sim em zelar pelos cofres municipais. Quanto  
ao ante projeto 13/68, desde que a Municipalidade  
está em condições de pagar pelo excesso de arrecadação, a Comis-  
são não opõe-se a aprovação.

Sala das Sessões em 27 de Maio de 1968

Antônio Lobrinho

Rubens

Edvaldo da Silva